

**MARINHA DO BRASIL**

**COMANDO DO GRUPAMENTO DE PATRULHA NAVAL DO SUDESTE**

**FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

Órgão: Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste	
Setor Requisitante: Navio-Patrulha "Macaé" – Seção de Logística	
Responsável pela Demanda: 1ºTen Dilermando	
E-mail: dilermando.freitas@marinha.mil.br	Telefone: (21) 2104-5549

**1. Justificativa da necessidade da contratação de fornecimento.**

**1.1.** Prestação de Serviços de reparo da bomba de incêndio nº 1, a fim de assegurar a operatividade do Navio-Patrulha "Macaé".

**1.2.** O Navio-Patrulha "Macaé" apresentou a necessidade de realizar os serviços de reparo da bomba de incêndio nº 1 do navio. A causa dessas necessidades é a substituição de diversas peças e serviço para manutenção, permitindo a manutenção da segurança nos compartimentos de bordo, caso haja algum evento de incêndio, indispensáveis para a boa operação do navio no mar.

**2. Quantidade de material a ser adquirido:**

**2.1.** Os serviços serão realizados a bordo do Navio-Patrulha "Macaé". Devem ser consideradas as especificações do maquinário do Navio e, em caso de necessidade de visita para montagem dos orçamentos das empresas interessadas, entrar em contato com o setor solicitante.

**2.2.** A especificação do serviço é a seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	Quantidade
Serviço	<ul style="list-style-type: none"><li>• Troca de 02 rolamentos</li><li>• Troca de 01 selo mecânico</li><li>• Troca de 01 ventoinha</li><li>• Troca de 01 barra roscada</li><li>• Troca de 10 porcas</li><li>• Realização de banho com produto químico</li><li>• Secagem com uso de estufa</li><li>• Pintura completa do equipamento</li><li>• Rebobinamento do campo</li><li>• Montagem completa do equipamento</li></ul>	SV	1

**2.3.** Os serviços deverão ser realizados no prazo de 30 dias corridos, a partir do recebimento da Nota de Empenho.

**3. Previsão de data em que deve ser iniciada a contratação**


**3.1.** Realização dos serviços logo após a emissão da autorização de compra e Nota de Empenho.

**4. Indicação dos membros da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização**

**4.1. Membros da equipe de Planejamento:**

Primeiro-Tenente VALDINEI DILERMANDO FREITAS DOS SANTOS.

Rio de Janeiro, RJ, 25 de outubro de 2022.



VALDINEI DILERMANDO FREITAS DOS SANTOS  
Primeiro-Tenente  
Chefe do Departamento de Máquinas  
Navio-Patrulha "Macaé"

## **MARINHA DO BRASIL**

### **COMANDO DO GRUPAMENTO DE PATRULHA NAVAL DO SUDESTE**

#### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

- 1.1. Prestação de Serviços de reparo da bomba de incêndio nº 1, a fim de assegurar a operatividade do Navio-Patrulha “Macaé”.
- 1.2. O Navio-Patrulha “Macaé” apresentou a necessidade de realizar os serviços de reparo da bomba de incêndio nº 1 do navio. A causa dessas necessidades é a substituição de diversas peças e serviço para manutenção, permitindo a manutenção da segurança nos compartimentos de bordo, caso haja algum evento de incêndio, indispensáveis para a boa operação do navio no mar.

#### **2. ÁREA REQUISITANTE**

- 2.1. Navio-Patrulha “Macaé”, por meio da Seção de Logística do ComGptPatNavSE.

#### **3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. O objeto é enquadrado como prestação de serviço com entrega imediata.
- 3.2. Requisitos de Sustentabilidade:
  - 3.2.1. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.
  - 3.2.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
  - 3.2.3. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, complementações e alterações supervenientes.
  - 3.2.4. Deverá a CONTRATADA adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber, conforme disposto na Lei Nº

12.305/2010, Lei 12.187/2009, Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 e 02/2014 do Ministério do Planejamento e Gestão (atual Ministério da Economia); e nas respectivas Resoluções CONAMA e Portarias do INMETRO, nos termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 2ª Edição - set 2019, aplicável quando couber, ao caso concreto dos itens listados no Apêndice I do Termo de Referência.

3.2.5. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como: Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico poluentes; Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; observar as corretas formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos; Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

3.3. Critérios e práticas de sustentabilidade:

3.3.1. A execução do objeto, quando couber, será realizada de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos nos Artigos 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber.

3.4. Os materiais empregados e a execução dos serviços deverão obedecer rigorosamente:

3.4.1. Às normas técnicas e especificações técnicas vigentes;

3.4.2. Às prescrições, recomendações e manuais dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem do produto;

3.4.3. Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), em especial as seguintes:

3.4.4. NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão;

3.4.5. NR 10: Básica e complementar.

3.4.6. Às disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;

3.4.7. Às normas técnicas específicas, de acordo com as garantias de materiais, serviços e equipamentos;

3.5. Não existe a possibilidade de transferência de tecnologia aplicada ao serviço, pois tal nível de manutenção não faz parte do escopo desta Organização Militar, a qual não possui ferramental necessário para a realização deste serviço em se tratando de serviço comum sem aplicação de técnicas inéditas para este Órgão.

- 3.6. Fica a cargo da contratada a instalação/ montagem e desinstalação/ desmontagem de todo o equipamento disponibilizado, que deverá ser realizado por pessoal técnico especializado.
- 3.7. A contratada deverá disponibilizar pessoal especializado para realizar o acompanhamento, manutenção e reposição dos equipamentos e materiais fornecidos e locados.
- 3.8. Deverão conter nos preços ofertados todos os encargos, impostos e taxas pertinentes, bem como descolamentos e fretes.
- 3.9. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 4.1. A pesquisa não pôde ser feita por contratações similares e consulta ao Painel de Preços, de acordo com o preceituado nos itens I e II do art. 5º da Instrução Normativa nº. 65/2021 do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, devido à especificidade do objeto em questão.
- 4.2. Portanto a pesquisa se valerá de cotação direta com fornecedores do ramo, mediante solicitação formal, atendendo ao disposto no item IV do art. 5º da Instrução Normativa nº. 65/2021 do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.
- 4.3. Foi atestado que o serviço solicitado pode ser fornecido nas especificações determinadas por este Estudo.

#### 5. METODOLOGIA DA PESQUISA DE PREÇOS

- 5.1. A metodologia adotada para determinação do Preço Máximo Aceitável foi o valor mínimo de preços dos orçamentos recebidos de empresas que corresponderam aos pedidos de orçamento.
- 5.2. Devido à especificidade do objeto em questão não foi possível adotar o preconizado nos incisos I e II do art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021 SEGES/MPDG. Foi adotada a orientação do inciso IV.
- 5.3. No Mapa Comparativo de Preços está demonstrado o método e o preço mínimo dos preços resultante da metodologia adotada. Constam em anexo também os orçamentos enviados pelas empresas fornecedoras dos serviços.

#### 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Optou-se pela realização de Dispensa Eletrônica pelo baixo valor da aquisição.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Prestação de Serviços de reparo da bomba de incêndio nº 1 do navio do Navio-Patrolha "Macaé"									
Nº	ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QNT	J.J.D Manutenção e Reparos LTDA	CONAVI comercial naval e industrial	Engequip-RJ metal mecânica e construções LTDA ME	VALOR MÍNIMO	VALOR TOTAL
1	Serviço de reparo da bomba de incêndio nº 1 do navio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Troca de 02 rolamentos</li> <li>• Troca de 01 selo mecânico</li> <li>• Troca de 01 ventoinha</li> <li>• Troca de 01 barra roscada</li> <li>• Troca de 10 porcas</li> <li>• Realização de banho com produto químico</li> <li>• Secagem com uso de estufa</li> <li>• Pintura completa do equipamento</li> <li>• Rebobinamento do campo</li> <li>• Montagem completa do equipamento</li> </ul>	SERVIÇO	1	R\$ 11.680,00	R\$ 12.457,00	R\$ 12.570,00	R\$ 11.680,00	R\$ 11.680,00
VALOR TOTAL								R\$ 11.680,00	R\$ 11.680,00

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado para a futura contratação será R\$ 11.680,00, podendo sofrer redução dependendo dos preços resultantes da fase de lances.

## 9. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Não será necessário que sejam realizadas diversas contratações pois o objeto será de pronta entrega.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Foi pesquisado pelo SIASGNET que periodicamente existem pregões similares, portanto, dentro do possível, serão aproveitados processos de outras unidades.

## 11. ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 11.1. A quantidade calculada corresponde à demanda anual e acompanha o Programa de Aplicação de Recursos (Anual) desta Unidade.

## 12. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 12.1. Manutenção da operatividade do Navio-Patrolha "Macaé".

## 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADA

- 13.1. Acompanhamento de possíveis participações.

## 14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 14.1. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental no futuro Edital, cumprindo as legislações vigentes, no que couber.


## 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- 15.1. A futura aquisição do material pretendido é VIÁVEL para cumprir com a missão dos Navios e objetivos da Administração Pública.


## 16. ANEXOS

- Mapa Comparativo de Preços;
- Orçamento com fornecedores; e
- Mapa de Riscos.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2022.

  
VALDINEI DILERMANDO FREITAS DOS SANTOS  
Primeiro-Tenente  
Chefe do Departamento de Máquinas  
Navio-Patrolha "Macaé"

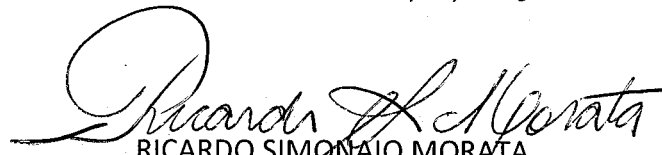
De acordo:

  
FERNANDO ANTONIO FRAGA CORDEIRO DOS SANTOS  
Capitão de Corveta  
Comandante  
Navio-Patrolha "Macaé"

**MARINHA DO BRASIL**  
**COMANDO DO GRUPAMENTO DE PATRULHA NAVAL DO SUDESTE**  
**ATO DE APROVAÇÃO**

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar de acordo com o inciso II do Artigo 14 do Decreto nº 10.024/2019, cuja finalidade é caracterizar a necessidade, descrever as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao termo de referência, caso se conclua a viabilidade da contratação, referente à contratação de serviços de reparo da bomba de incêndio nº 1 do navio, a fim de assegurar a operatividade do Navio-Patrolha "Macaé", necessária para atender demanda do Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste, estando presentes todos os elementos necessários à identificação do objeto, seu custo e todos os critérios de planejamento de forma clara e concisa.

Rio de Janeiro, RJ, em 27 de Outubro de 2022.

  
RICARDO SIMONAI MORATA  
Capitão de Mar e Guerra  
Ordenador de Despesas



MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Prestação de Serviços de reparo da bomba de incêndio nº 1 do navio do Navio-Patrolha "Macaé"						
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QUANTIDADE	J.J.D Manutenção e Reparos LTDA	CONAVI comercial naval e industrial	Engequip-RJ metal mecânica e construções LTDA ME
Serviço de reparo da bomba de incêndio nº 1 do navio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Troca de 02 rolamentos</li> <li>• Troca de 01 selo mecânico</li> <li>• Troca de 01 ventoinha</li> <li>• Troca de 01 barra rosçada</li> <li>• Troca de 10 porcas</li> <li>• Realização de banho com produto químico</li> <li>• Secagem com uso de estufa</li> <li>• Pintura completa do equipamento</li> <li>• Rebobinamento do campo</li> <li>• Montagem completa do equipamento</li> </ul>	SERVIÇO	1	R\$ 11.680,00	R\$ 12.457,00	R\$ 12.570,00
VALOR TOTAL				R\$ 11.680,00	R\$ 11.680,00	R\$ 11.680,00

Rio de Janeiro, RJ, 25 de outubro de 2022.

VALDINEI DILERMANDO DE SANTAS DOS SANTOS  
 Primeiro Tenente  
 Chefe do Departamento de Máquinas  
 Navio-Patrolha "Macaé"





Contatos + 21 99731-0649 / 99020-1129 / 98285-1635  
/ 99483-7910  
jjdmanutencaoltlda@yahoo  
q.com CNPJ  
42951036/0001-09  
Inscrição Estadual 12166192 / Inscrição Municipal  
1036685

Para: Marinha do Brasil Att:

SGT WILKER

Ref: NAVIO MACAÉ

Local: ARSENAL DE MARINHA

Data: 08/08/2022

**Prezado Senhores, viemos através deste orçamento de serviço a ser executado pelo setor acima mencionado no Motor Elétrico BEI**

**Serviço:**

ITENS	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TROCA DOS ROLAMENTOS	2	R\$:600,00	R\$:1.200,00
2	TROCA DO SELO MECÂNICO	1	R\$:800,00	R\$:800,00
3	TROCA DA VENTUINHA	1	R\$:100,00	R\$:100,00
4	BARRA ROSCADA	1	R\$:200,00	R\$:200,00
5	PORCAS	10	R\$:10,00	R\$:100,00
6	BANHO COM PRODUTO QUIMICO	1	R\$:1.500,00	R\$:1.500,00
7	ESTUFA	1	R\$:1.500,00	R\$:1.500,00
8	PINTURA	1	R\$:285,00	R\$:285,00
9	MÃO DE OBRA	3	R\$:600,00	R\$:1.800,00
10	REBOBINAMENTO DO CAMPO	1	R\$ 4.195,00	R\$ 4.195,00
	TOTAL			R\$: 11.680,00

PRAZO DE SERVIÇO DE 07 DIAS APÓS A LIBERAÇÃO DO SERVIÇO

VALIDADE DO ORÇAMENTO DE 30 DIAS

Garantia do Serviço 30 dias

Banco do Brasil

**Ag: 0850-8**

C/C: 62400-4



**CONAVI**  
COMERCIAL NAVAL E INDUSTRIAL

CNPJ nº 35.304.135/0001-25 - Ins. Municipal nº 147142

Marinha do Brasil

Navio Patrulha Macaé

Rio de Janeiro 09 de agosto de 2022.

**NPaMACAÉ**

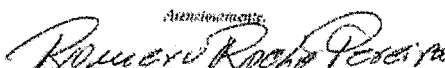
**Segue relação dos serviços solicitados:**

Descrição	Qtd	Valor unitário	Valor total
- Transporte para a oficina; - Desmontagem/ inspeção; - Fornecimento e substituição de rolamento; - Polimento do induzido; - Banho químico das carcaças; - Enrolamento do campo magnético; - Banho de verniz; - Secagem em estufa; - Montagem/ teste/ pintura; e - Transporte para o navio.	01	R\$ 12.457,00	R\$ 12.457,00

Entrega do serviço: 12 dias úteis

Validade da proposta: 60 dias

Garantia do serviço: 90 dias

Assinatura:  
  
Romero Rocha Pereira

Rua Mateus Saraiva, nº 150 - Boaçu - São Gonçalo - RJ, CEP: 24.467-350.

e-mail: conavi.naval@gmail.com



CNPJ. 10.977.915/0001-05 – INSC. EST. 78.797.541

Rua Castro Tavares, nº 45 – Manguinhos – RJ – Cep: 21041-170  
TELEFAX: (21) 99761.4858 / 99637-4924

E-mail: engequip.ltda@gmail.com

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2022.

A Marinha do Brasil

Navio Patrulha Macaé

A/C: Chemaq Dilermando Freitas

Proposta nº 441.Rev./21

É com prazer que apresentamos nossa proposta comercial.

☛ Revisão Mecânica da Máquina de Suspende.

- Transporte para a oficina;
- Desmontagem/ inspeção;
- Fornecimento e substituição de rolamento;
- Polimento do induzido;
- Banho químico das carcaças;
- Enrolamento do campo magnético;
- Banho de verniz;
- Secagem em estufa;
- Montagem/ teste/ pintura; e
- Transporte para o navio.

Valor Total:

- R\$ 12.570,00

Prazo de Entrega

- 10 dias úteis

Validade da Proposta:

- 60 dias.



**MARINHA DO BRASIL**

**COMANDO DO GRUPAMENTO DE PATRULHA NAVAL DO SUDESTE**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**MAPA DE RISCOS**

FASE DE ANÁLISE	
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
<input type="checkbox"/> Gestão do Contrato	

RISCO 01		
<b>Probabilidade</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Impacto</b>	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1	Empresa não entregar ou atrasar a entrega dos produtos	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1	Acompanhamento da evolução dos pedidos.	Fiscalização do Contrato
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1	Aplicação de Notificações e Sanções Administrativas previstas em Lei e possibilidade de contratação de nova empresa para execução dos serviços por completo.	Fiscalização do Contrato e Ordenador de Despesas

RISCO 02		
<b>Probabilidade</b>	( X ) Baixa    (   ) Média    (   ) Alta	
<b>Impacto</b>	(   ) Baixa    (   ) Média    ( X ) Alta	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1	Empresa sem condições financeiras para realizar a entrega dos materiais	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1	CONTRATADA deverá possuir balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)	Fiscalização do Contrato e Divisão de Obtenção
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1	Aplicação de Notificações e Sanções Administrativas previstas em Lei e possibilidade de contratação de nova fornecedora de materiais.	Fiscalização do Contrato e Ordenador de Despesas

RISCO 03		
<b>Probabilidade</b>	( X ) Baixa    (   ) Média    (   ) Alta	
<b>Impacto</b>	(   ) Baixa    ( X ) Média    (   ) Alta	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	
1	Definição da demanda abaixo da necessidade real	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1	Maior acompanhamento das demandas durante o planejamento da contratação e de anos anteriores	Planejamento da Contratação
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1	Realocação dos materiais de acordo com a prioridade das missões e correção das demandas para o próximo	Planejamento da Contratação




(Continuação do Mapa de Riscos, do Planejamento da Contratação.....)

	planejamento da contratação.	e Fiscalização do Contrato
--	------------------------------	----------------------------

RISCO 04		
Probabilidade	( X ) Baixa   (   ) Média   (   ) Alta	
Impacto	(   ) Baixa   ( X ) Média   (   ) Alta	
Id	Dano	
1	Empresa com dificuldades de manter-se regularizada fiscalmente	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Exigência de documentação que comprove a regularização trabalhista e fiscal durante a fase de contratação e durante a execução do contrato periodicamente	Contrato e Fiscalização do Contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Aplicação de Notificações e Sanções Administrativas previstas em Lei e possibilidade de contratação de nova empresa para execução do fornecimento por completo.	Fiscalização do Contrato e Ordenador de Despesas

Rio de Janeiro, RJ, em 25 de outubro de 2022.

  
VALDINEI DILERMANDO FREITAS DOS SANTOS  
Primeiro-Tenente  
Chefe do Departamento de Máquinas  
Navio-Patrulha "Macaé"



**MARINHA DO BRASIL**

**COMANDO DO GRUPAMENTO DE PATRULHA NAVAL DO SUDESTE**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 11/2022**  
**(Processo Administrativo n.º 63270.001277/2022-11)**

Torna-se público que o Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste, por meio da Divisão de Obtenção, realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da publicação: 28/10/2022 às 08:00 (horário de Brasília)

Data da disputa de lances e encerramento: 03/11/2022 das 08:00 às 14:00 (horário de Brasília)

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de serviços para manutenção reparo da bomba de incêndio e sanitário, a fim de assegurar a operatividade do Navio-Patrulha “Macaé”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em um item, conforme tabela constante abaixo:

Prestação de Serviço de reparo da bomba de incêndio nº 1 do Navio-Patrulha “Macaé”						
Nº	ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QNT	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL
1	Serviço de reparo da bomba de incêndio nº 1 do Navio-Patrulha “Macaé”	<ul style="list-style-type: none"><li>• Troca de 02 rolamentos</li><li>• Troca de 01 selo mecânico</li><li>• Troca de 01 ventoinha</li><li>• Troca de 01 barra roscada</li><li>• Troca de 10 porcas</li><li>• Realização de banho com produto químico</li><li>• Secagem com uso de estufa</li><li>• Pintura completa do equipamento</li><li>• Rebobinamento do campo</li><li>• Montagem completa do equipamento</li></ul>	SERVIÇO	1	R\$ 11.680,00	R\$ 11.680,00
VALOR TOTAL						R\$ 11.680,00

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. Sociedades cooperativas.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

#### **4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,10 (dez centavos).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
  - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
  - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
  - 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
  - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



- 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

- 6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.7. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 6.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.
- 6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com

aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
    - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
  - 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

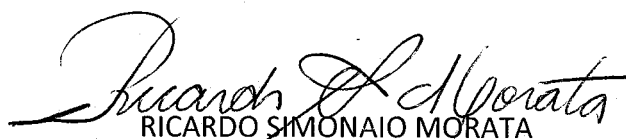
9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.2.1. ANEXO II.1 – Estudo Técnico Preliminar

Rio de Janeiro, RJ, 27 de Outubro de 2022.

  
RICARDO SIMONAIO MORATA  
Capitão de Mar e Guerra  
Ordenador de Despesas



**MARINHA DO BRASIL**  
**COMANDO DO GRUPAMENTO DE PATRULHA NAVAL DO SUDESTE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO 11/2022**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação, por dispensa de licitação, de serviços para manutenção reparo da bomba de incêndio e sanitário, a fim de assegurar a operatividade do Navio-Patrolha "Macaé", conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

Prestação de Serviços de reparo da bomba de incêndio nº 1 do navio do Navio-Patrolha "Macaé"						
Nº	ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QNT	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL
1	Serviço de reparo da bomba de incêndio nº 1 do Navio-Patrolha "Macaé"	<ul style="list-style-type: none"><li>• Troca de 02 rolamentos</li><li>• Troca de 01 selo mecânico</li><li>• Troca de 01 ventoinha</li><li>• Troca de 01 barra roscada</li><li>• Troca de 10 porcas</li><li>• Realização de banho com produto químico</li><li>• Secagem com uso de estufa</li><li>• Pintura completa do equipamento</li><li>• Rebobinamento do campo</li><li>• Montagem completa do equipamento</li></ul>	SERVIÇO	1	R\$ 11.680,00	R\$ 11.680,00
VALOR TOTAL						R\$ 11.680,00

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** Assegurar a operatividade do Navio-Patrolha "Macaé", conforme demonstrado no documento "Estudo Técnico Preliminar";

**3. PESQUISA DE PREÇO**

**3.1.** O Custo estimado para a contratação é de R\$ 11.680,00.

**4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**4.1.** O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço:

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 5.1. São obrigações da Contratante:

**5.1.1.** Verificar e acompanhar a realização dos serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**5.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados, recebidos provisoriamente, com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**5.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**5.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**5.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**5.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

Rio de Janeiro, RJ, 25 de outubro de 2022.

  
VALDINEI DILERMANDO FREITAS DOS SANTOS

Primeiro-Tenente

Chefe do Departamento de Máquinas

Navio-Patrulha "Macaé"

De acordo:

  
FERNANDO ANTONIO FRAGA CORDEIRO DOS SANTOS

Capitão de Corveta


Comandante

Navio-Patrulha "Macaé"

## ATO DE APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

**APROVO** o contido neste Termo de Referência, com base nos argumentos apresentados na Justificativa (item 2), cuja finalidade é subsidiar a Dispensa Eletrônica do Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste, elaborados pelo setor requisitante, para contratação de serviços de reparo da bomba de incêndio e sanitário, a fim de assegurar a operatividade do Navio-Patrulha "Macaé".

Rio de Janeiro, RJ, 27 de Outubro de 2022.



RICARDO SIMONAIO MORATA  
Capitão de Mar e Guerra  
Ordenador de Despesas



**MARINHA DO BRASIL**

**COMANDO DO GRUPAMENTO DE PATRULHA NAVAL DO SUDESTE**

**TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO Nº 11/2022**

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**1 Habilitação jurídica:**

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da

União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

### 3 Qualificação Econômico-Financeira:

- 3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
  - 3.2.1 As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
  - 3.2.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 3.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 3.3.1 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 4 Qualificação Técnica

4.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.1.1.1 Data.

4.1.1.2 Quantidade.

4.1.1.3 Valor unitário e global.

4.1.1.4 Descrição dos itens.

Rio de Janeiro, RJ, 25 de outubro de 2022.

VALDINEI DILERMANDO FREITAS DOS SANTOS  
Primeiro-Tenente  
Chefe do Departamento de Máquinas  
Navio-Patrulha "Macaé"

